



CONSTRUINDO SISTEMAS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS: REFLEXÕES A PARTIR DE GRUPOS DE CONSUMO RESPONSÁVEL ATIVOS NO BRASIL, ESPANHA E ITÁLIA.

Potira Viegas Preiss

RESUMO

As questões alimentares estão no foco da agenda internacional devido a sua ligação intrínseca com diferentes fenômenos que afetam a sociedade como: a segurança alimentar, a saúde humana, as mudanças climáticas, a desigualdade social, a crescente urbanização e o exponencial aumento da população. Neste sentido, há uma mobilização internacional pela busca de soluções que possam levar a reformulação do sistema alimentar mais ecologicamente coerente, economicamente justo e socialmente inclusivo. Diversas experiências têm sido promovidas pela sociedade civil na tentativa de reagir aos malefícios sociais e ecológicos gerados pelo sistema alimentar convencional e criar novas dinâmicas de abastecimento. Tendo como referência de análise Grupos de Consumo Responsável, este artigo tem como objetivo apresentar uma reflexão sobre como estas experiências contribuem para criar um sistema alimentar mais sustentável através de suas práticas. A análise considera três estudos de caso, a saber: no Brasil, o Movimento de Integração Campo e Cidade - MICC; na Itália, o *Gruppo d' Acquisto Solidale Testaccio Meticcio* e na Espanha, o *Grupo de Consumo Vera*. Os resultados indicam que as práticas promovidas nos Grupos de Consumo Responsável estão alinhadas como os principais pilares que a literatura internacional indica como essenciais para a consolidação de um sistema alimentar mais sustentável, pois possibilitam o consumo de alimentos nutritivos e saudáveis, tem sua base produtiva assentada em princípios ecológicos, promovem ações que auxiliam na mitigação das mudanças climáticas e encorajam a valorização regional e a integração entre áreas rurais e urbanas.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável – abastecimento alimentar - alianças entre produção e consumo



1. Introdução

As questões alimentares têm assumido uma relevância decisiva e estratégica na agenda internacional, pois se apresenta atualmente como um nexos entre diferentes problemas sociais. A (in) segurança alimentar, a saúde humana, a viabilidade dos ecossistemas, mudanças climáticas, a desigualdade social, a crescente urbanização e o exponencial aumento da população são alguns dos fenômenos que são afetados ou afetam diretamente a qualidade de vida da sociedade (CARON et. all, 2018). Os impactos socioambientais gerados pelo sistema alimentar global têm sido cada vez mais evidentes, levando pesquisadores, governos e sociedade organizada a buscarem formas de repensar e reestruturar a produção, o comércio e o consumo de alimentos rumo a uma transição para sistemas alimentares sustentáveis.

Uma expressão dessa busca é o fato de que as questões alimentares envolvem oito dos dezessete Objetivos do Desenvolvimento Sustentável que compõe a Agenda 2030, promovida pela Organização das Nações Unidas e seus 193 Estados signatários. O grande desafio é buscar soluções que vão além de mitigar as externalidades negativas do sistema atual, mas que possam sim construir um novo sistema em que os efeitos diretos e indiretos sejam os mais benéficos possíveis a todas as dimensões da vida social. Em certa medida, podemos dizer que o sistema alimentar global atual é um resultado dos programas de desenvolvimento promovidos após a II Guerra Mundial, que tinham como principais linhas de atuação a modernização da agricultura, o incentivo para o crescimento urbano e a produção industrial (ELLIS; BIGGS, 2001). Com a preocupação de ampliar a disponibilidade mundial de alimentos, investiu-se em alta tecnologia, o uso intensivo de insumos e maquinários, a expansão das áreas de cultivo e a inserção da indústria como um setor chave na produção de alimentos (GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 2008).

As dinâmicas de abastecimento também mudaram, tornando os alimentos disponíveis através de longas cadeias de suprimentos, onde os supermercados passaram a ser um espaço comum ou até mesmo o principal para o abastecimento da população (GOODMAN, 2009) e a produção e a comercialização dos alimentos passam a ser governadas por interesses privados sob a gestão de corporações multinacionais (PHILLIP'S, 2006). Este sistema foi eficiente em seu objetivo central de aumentar a oferta de alimentos e atualmente diferentes pesquisas apontam que, mesmo considerando o crescimento



populacional exponencial nos anos vindouros, temos oferta de alimentos suficiente para nutrir a população mundial (D’Odorico, 2014; IPES-Food, 2017; FAO, 2018).

No entanto, este o sistema alimentar desencadeou processos de transformação com efeitos nocivos para o ambiente e a sociedade. Em termos ambientais, dados da FAO (2017) indicam a agricultura é responsável pelo uso de que 30% da energia produzida no mundo e pela degradação de 25% das áreas de terra. O setor também é responsável por 20% das emissões de gás carbono na atmosfera, sendo este um fator fundamental para o agravamento das mudanças climáticas que acabam por afetar a própria atividade agrícola devido aos efeitos que geram, tais como: o aumento da temperatura média do planeta, maior frequência de secas e enchentes, alterações nos padrões de precipitação e intensificação de eventos climáticos extremos, entre outros (FAO, 2014).

Em termos sociais, os problemas gerados atingem tanto agricultores como consumidores. Os agricultores que não puderam ou quiseram se integrar a tal sistema acabaram sendo marginalizados dos processos produtivos e comerciais, entrando em um contexto de vulnerabilidade social (FLORA; FLORA, 1989; PLOEG, 2009). Os agricultores que conseguem permanecer na atividade agrícola, em muitos casos, tem um baixo retorno econômico devido ao grande monopólio corporativo das empresas multinacionais e a presença de um elevado número de intermediários nas cadeias alimentares (PLOEG, 2009). Esse mesmo processo faz com que os consumidores paguem preços mais elevados pelos produtos que adquirem (Ploeg, 2009), uma questão que afeta diretamente a quantidade e a qualidade dos alimentos que vão compor a dieta da população. As doenças crônicas não transmissíveis e associadas à alimentação estão entre as principais causas de morte a nível internacional (IPES-Food, 2017)

Dois fatores se destacam como os mais urgentes a serem solucionados. O primeiro tem sido identificado como o “fardo duplo da má-nutrição”, em que de lado, temos cerca de 805 milhões de pessoas cronicamente subnutridas e por outro, a obesidade tem se tornado uma epidemia mundial (FAO, 2014; MALUF et all, 2014). Em ambos os casos há uma situação de insegurança alimentar, que tem sido associado ao consumo de alimentos não saudáveis como comidas ultra-processadas e ricas em calorias, mas baixas em nutrientes. O segundo fator, relacionado a este primeiro é um resultado da especialização produtiva que ao priorizar determinadas variedades agrícolas de alto rendimento (ex: soja, trigo, milho e arroz) leva a uma redução das espécies cultivadas e consequentemente na variedade de alimentos ofertados. Millestone e Lang (2008) alertam que apenas 10% das variedades de



cultivos existentes no planeta ainda são produzidas pelos agricultores. Conforme a FAO (2017), as dietas em todo o mundo tem se restringido ao consumo de apenas doze variedades de vegetais e quatorze espécies de animais, um fator preocupante para a segurança alimentar e a saúde da população que necessitam uma ampla gama de nutrientes encontrados em só podem ser supridos por uma alimentação diversa.

Além disso, há que se considerar a constante contaminação dos alimentos, seja por uso excessivo de agrotóxicos, tecnologia pouco seguras como as alterações genéticas ou ainda o surgimento contínuo de “escândalos alimentares” (por exemplo, doença da vaca louca, gripe aviária, febre aftosa e adulterações de leite e carne) que levam a população a um estado de medo, desconfiança e questionamento sobre a qualidade dos alimentos (GOODMAN, 2003; RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003). É neste sentido que Willet et al. (2019) ressalta que os sistemas alimentares são atualmente a maior ameaça à estabilidade do Planeta, colocando em risco a continuidade da sociedade e da própria vida na Terra.

Para enfrentar estes desafios, precisamos redirecionar a agricultura para as necessidades nutricionais da população conforme propõe Pingali (2015), mas também é indispensável que novas estratégias de abastecimento e práticas de consumo mais adequadas sejam fomentadas. Portanto, é urgente a transição sustentável dos sistemas alimentares, de forma que possamos contemplar o abastecimento da população de forma saudável, à medida que criamos estratégias de preservação ambiental e geração de renda para a população. Caron et. al. (2018) propõem que a transição para sistemas alimentares sustentáveis deve ser orientada por quatro eixos em especial: 1. Permitir que todas as pessoas se beneficiem de alimentos nutritivos e saudáveis; 2. Ter como base uma produção agrícola sustentável; 3. Criar estratégias para mitigar as mudanças climáticas e construir resiliência e 4. encorajar um renascimento dos territórios rurais.

Para tanto, será necessário a para além de uma forte atuação do Estado em termos de criar mecanismos de políticas que possam impulsionar esta agenda, mas também a emergência de um público consumidor disposto a transformar suas práticas alimentares e a fomentar uma nova relação com a comida (PREISS, VASCONCELLOS E SCHENDER, 2018). É neste sentido que se torna relevante compreender como dinâmicas de abastecimento criadas através de alianças entre consumidores e agricultores têm funcionado e contribuído para repensar os sistemas alimentares, através da realocação e ressocialização da produção e do consumo (PREISS, MARQUES E WISKERKE, 2017).



Dessa forma, são construídas experiências que buscam reagir e agir perante os malefícios sociais e ecológicos gerados pelo sistema alimentar convencional, criando novas formas de produzir, comercializar e consumir (PREISS, 2017).

Notadamente, este artigo toma como foco de análise os Grupos de Consumo Responsável, dinâmicas de abastecimento alimentar direto gerido pela sociedade civil organizada através de alianças entre produtores e consumidores (PREISS, 2017). O objetivo do artigo é apresentar uma reflexão sobre como estas experiências contribuem para criar um sistema alimentar mais sustentável através de suas práticas. A análise tem como referência três estudos de caso localizados em três países distintos, a saber: no Brasil, o Movimento de Integração Campo e Cidade - MICC; na Itália, o *Gruppo d' Acquistio Solidale Testaccio Meticcio* e na Espanha, o *Grupo de Consumo Vera*. A pesquisa se baseia em uma metodologia qualitativa, que além de revisão da literatura nacional e internacional sobre o tema, envolveu coleta de dados entre abril e novembro de 2015, tendo como métodos: entrevistas semiestruturadas, observação participante, notas de campo, registro fotográfico.

O texto está organizado em cinco sessões. Após esta introdução, trazemos uma contextualização sobre os Grupos de Consumo Responsável e sua relação com a sustentabilidade. Em seguida, a terceira sessão apresenta cada um dos casos estudados, destacando sua origem, forma de funcionamentos e práticas sociais. A quarta sessão traz uma análise e discussão sobre as potenciais contribuições dos GCR para um sistema alimentar mais sustentável, tendo como referencia a literatura internacional. A última seção apresenta algumas considerações finais.

2. Os Grupos de Consumo Responsável e a Sustentabilidade

Conforme Preiss, Marques e Wiskerke (2017) e Preiss (2017), os Grupos de Consumo Responsável – GCR podem ser encontrados em diferentes países, ainda que com nomenclaturas distintas e tem sido foco de um considerável numero de pesquisas nos países do Hemisfério Norte e uma produção mais incipiente, ainda que crescente, na América Latina. Em termos empíricos, este tipo abastecimento está presente e em desenvolvimento em diferentes países, embora as identidades organizacionais e formas de atuação possam diferir entre os locais: Na França, eles são conhecidos como *Association Pour le Maintien d'une Agriculture Paysanne - AMAP*; na Itália como *Gruppi di Acquistio Solidari - GAS*; na Espanha como *Grupos de Consumo*; no Reino Unido e América do Norte,



Community Supported Agriculture - CSA, no Equador como *Canastas Comunitarias* (PREISS, MARQUES E WISKERKE, 2017; PREISS, 2017). No Brasil, há uma diversidade de denominações (rede, coletivo, grupo, sistema, CSA, entre outros), porém desde a criação da Rede Brasileira de Grupos de Consumo Responsáveis, processo fortemente influenciado pelo Instituto Kairós, a expressão GCR parece ter se tornado mais comum (PREISS E MARQUES, 2015). A chegada ao país da rede internacional do *Community Supported Agriculture* - CSA, traduzido como Comunidade que Sustenta a Agricultura – CSA tem também se tornado comum, possivelmente pela rápida expansão de projetos no Brasil que já soma mais de 90 iniciativas (CSA BRASIL, 2019).

Estas experiências têm sido estudadas a partir de diferentes perspectivas teóricas: Sistemas Alimentares Locais (FEENSTRA, 1997), Cadeias Curtas de Abastecimento (MARSDEN; BANKS; BRISTOL, 2000), Redes Alimentares Alternativas - AFNs (GOODMAN, 2009; GOODMAN; GOODMAN, 2009), movimentos alimentares (HOLT-GIMÉNEZ, 2010; HOLT-GIMÉNEZ; SHATTUCK, 2011) e Redes Alimentares Cívicas (RENTING; SCHERMER; ROSSI, 2012).

Um ponto importante e em comum nessas abordagens é a busca pela materialização de um sistema alimentar diferente, em que a produção e o consumo de alimentos acontecem através de circuitos curtos, gerando impactos benéficos em termos sociais, econômicos e ambientais. Neste contexto, ganham destaque às questões referentes ao enraizamento social dos mercados, o papel das relações de confiança para a definição da qualidade, as redes de solidariedade e os processos inovativos para a produção e o consumo como formas de reação e ação de atores marginalizados pelo sistema alimentar dominante (KNEAFSEY et al., 2008; BRUNORI; ROSSI; MALANDRIN, 2010; TREAGER, 2011; PREISS, MARQUES E WISKERKE, 2017; PREISS, 2017). Marsden (1998) argumenta que estas novas dinâmicas criam um espaço diferenciado de compras de alimentos de forma que uma série de critérios socialmente construídos ajudam a resignificar a qualidade dos alimentos através da aproximação de diferentes atores, opondo-se aos mercados de “massa anônima” que o sistema dominante propõe.

Uma questão que deve ser destacada é que nos GCR os consumidores tem um papel essencial para a mobilização e o funcionamento das dinâmicas, sendo eles na maioria dos casos os responsáveis pelos passos iniciais para a formação dos grupos e pela criação de mecanismos de gestão compartilhada dos processos administrativos (PREISS, 2017). Há, portanto, uma atuação distinta da postura consumista orientada por princípios



hedonistas e utilitaristas como identificados por Bauman, 2000 ou Seyfang (2009) e também nos parece ir um tanto além do enraizamento social da economia conforme proposto por Granovetter (2009) em que “contratos” são estabelecidos por indivíduos racionais em busca de benefícios individuais e coletivos.

Portanto, envolve um processo em que o consumo acontece em dinâmicas em que diferentes valores, significados e símbolos são criados e negociados, de forma que as escolhas feitas também se tornam expressões e materializações de que relações e processos desejamos promover e apoiar ou ainda, repelir e desencorajar (DOUGLAS E ISHERWOOD, 2004; APPADURAI, 2008; MILLER; 2009). A compreensão do impacto ambiental do estilo de vida moderno leva a sociedade a também refletir sobre suas práticas, de forma que a preocupação com as questões ambientais deixa de ser restrita a estudiosos e ambientalistas (PORTILHO, 2005). Diferentes terminologias passam a ser utilizadas como forma de caracterizar e adjetivar as práticas de consumo que buscavam materializar um cotidiano mais responsável e menos predatório. Encontramos as expressões “consumo sustentável”, “consumo responsável”, “consumo consciente” ou ainda “consumo verde” como alguns dos exemplos mais comumente utilizados e ainda que alguns autores associam significações levemente distintas, para os fins deste artigo vamos entender as diferentes expressões como variações de uma mesma prática. Portilho (2010) faz uma imensa revisão da literatura de como esse processo evolui na sociedade, fazendo com que, em determinadas situações, o consumidor deixa de ser de um receptor passivo para se tornar um ator ativo frente suas necessidades e os impactos de suas ações. Conforme propõe a autora, há um processo de autoatribuição de responsabilidade em que os consumidores se percebem como atores sociais importantes com responsabilidades e deveres em relação a seus atos e suas consequências (PORTILHO, 2010).

Dobson e Bell (2006), Fonte (2015) e Renting; Schermer e Rossi (2012) vão argumentar pela existência de um processo de cidadania em que o cidadão-consumidor age a partir de uma responsabilidade ética, social e ambiental global, buscando tomar medidas para reduzir o impacto negativo de seu comportamento de compra em relação ao ambiente e a sociedade. Portanto, é um consumidor disposto a transformar suas práticas alimentares e a fomentar uma nova relação com a comida, com os agricultores, com a sociedade e o ambiente. Tomando o caso dos GCR, há um processo de organização social e um impulsionamento de ações coletivas de forma a romper com as normas e estruturas com as quais o sistema alimentar convencional se estrutura, paralela a criação de um processo



diferenciado em que determinados valores e práticas ajudam a consolidar uma dinâmica de abastecimento alimentar mais inclusiva, justa e ecológica (PREISS, 2017).

3. OS CASOS ANALISADOS

Para atingir o objetivo deste artigo de compreender como os Grupos de Consumo Sustentável contribuem para um sistema alimentar mais sustentável, apresentamos a seguir os três casos analisados. Para cada caso, será apresentado brevemente o seu contexto de surgimento, sua forma de funcionamento e o tipo de ator envolvido. Também serão descritas algumas das práticas promovidas pelos atores que visam materializar uma ação mais socialmente inclusive e ecológica.

3.1 Movimento de integração Campo Cidade (São Paulo, Brasil)

Considerando o cenário brasileiro para tais experiências, o MICC se destaca como o maior e mais antigo Grupo de Consumo Responsável. Atuante na Zona Leste da capital paulista, o Movimento de Integração Campo-Cidade - MICC iniciou suas atividades na década de 80, tendo como forte influência o contexto que a população vivia com o final do regime ditatorial. Em termos econômicos, o Brasil vivia uma série de crises econômicas associadas, inflação desenfreada e a paralisação do crescimento econômico que tinha vivido nas décadas anteriores. De forma paralela, havia um grande florescimento dos movimentos sociais tanto na cidade como no campo, impelindo as classes trabalhadoras a buscarem seus direitos.

As cidades, em especial, a parte leste da cidade de São Paulo e região, eram o palco de grandes greves lideradas por trabalhadores da indústria metalúrgica que lutavam por melhores condições de trabalho e direito de formar sindicatos que pudessem representá-los. No campo, muitos trabalhadores sofriam os efeitos adversos da modernização da agricultura, marginalizados deste processo, viviam em condições precárias ou se viam forçados a migrar para as cidades em busca de trabalho na indústria. Tal contexto deu origem a grupos organizados que resistiam no campo, defendendo seu pelo direito de viver como agricultores e ter acesso a terra.



Somada a isso, um movimento progressivo dentro da Igreja Católica na América Latina, a Teologia da Libertação, atuava tanto no campo como na cidade, encorajando a população a batalhar por melhoria das condições de vida, entendida como uma conexão entre a ação política e atuação solidária e fraterna que o catolicismo pregava. É através do encontro entre esses três movimentos o MICC surge. Trabalhadores urbanos, paroquianos das igrejas localizadas na zona Leste, começam a se relacionar e apoiar os trabalhadores rurais acampados (Esse movimento acabou depois se tornando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, atualmente considerado o maior movimento social da América Latina) em terras improdutivas, doando recursos, comidas e roupas.

Com a conquista da terra, os agricultores precisavam escoar sua produção. Os trabalhadores urbanos realizam a sua primeira compra de alimentos em 1985, uma colheita inteira de feijão, equivalente a 30 toneladas, é adquirida em uma ação colaborativa entre paróquias e vizinhos da Zona Leste. Após esta experiência, outras compras de alimentos foram realizadas, especialmente em épocas de colheita e em 1993 as compras passam a ser de cestas de vegetais, dinâmica que permanece em vigor até hoje.

Cada cesta tem entre oito e doze vegetais sazonais, atualmente fornecidos pela Associação de Pequenos Produtores Rurais de Ibiúna (APRI), uma organização de agricultores familiares de Ibiúna, cidade que fica a 70 km de distância de São Paulo. Uma preocupação expressa pelos participantes é de que os fornecedores sejam agricultores familiares organizados, assim a uma predileção a escolher grupos que estão em processo de qualificação e aprimoramento de suas estratégias de produção e comércio. Os produtos oferecidos são “sem veneno”, uma maneira de dizer que eles são produzidos sem o uso de agroquímicos, no entanto, ainda não possuem a certificação de orgânico. A composição da cesta é escolhida pelos produtores de acordo com a disponibilidade semanal dos produtos.

As entregas ocorrem sempre nas quartas-feiras para 23 pontos de distribuição que incluem residências, unidades básicas de saúde (UBS), creches, ginásios, centros pastorais, templos espirituais, igrejas católicas e messiânicas. Ao todo, 800 unidades familiares de consumidores são beneficiadas com as cestas, entregues quinzenalmente. Para aderir, basta os consumidores se registrarem com o responsável pelo ponto de entrega mais próximo de sua casa. Cada cesta custa R\$ 14,00, segundo os participantes, o montante equivalente a um terço do que pagariam pela mesma quantidade de produtos convencionais em feiras livres ou nos mercados do bairro. É importante ressaltar que os consumidores



pertencem principalmente a classes sociais de baixa e média renda, sendo a aquisição das cestas um fator importante para a segurança alimentar dessas famílias.

A governança envolve um núcleo central responsável por supervisionar todo o processo e estabelecer a comunicação com os produtores. Cada ponto de entrega tem uma dinâmica específica, variando de grupos de 10 a 100 cestas, conforme a quantidade de consumidores e cestas recebidas. Tudo funciona através de consumidores voluntários que se dispõem a fazer as entregas e um conselho gestor que faz a articulação com agricultores, coordena a logística de pedidos, transportes e pagamentos das cestas.

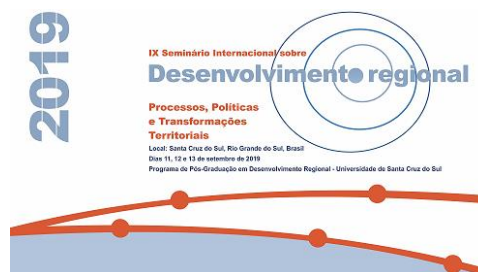
O MICC foi legalmente registrado em 2008 como uma Associação sem Fins Lucrativos¹, visando facilitar a aquisição dos alimentos e a possibilidade de fornecimento de nota fiscal quando necessário. Além das cestas, o grupo gere um pequeno entreposto no pátio da Igreja da Vila Alpina, onde oferecem vegetais e frutas excedentes das cestas, bem como produtos específicos de comunidades indígenas e quilombolas da região com quem estão apoiando. Também, são ainda comercializadas farinhas, temperos e cereais comprados a granel na zona cerealista de São Paulo e vendidos a preço de custo, além de produtos preparados por um grupo de senhoras voluntárias do MICC, tais como a farinha multimistura, pomadas, vinagres caseiros, tinturas, entre outros.

O MICC promove atividades de educação, palestras e oficinas culinárias. Em especial, promove frequentemente o Curso de Alimentação Natural e Pães, uma formação de quatro meses que fornece orientações teóricas e práticas de “como se alimentar de forma saudável e econômica”, incluindo receitas de aproveitamento integral dos alimentos de forma a evitar o desperdício e qualificar a dieta dos consumidores. As visitas aos produtores e as celebrações também são realizadas frequentemente criando um espaço de encontro e socialização entre consumidores e produtores.

3.2 Gruppo d'Acquisto Solidale Testaccio Meticcio (Roma, Itália)

O *Gruppo d' Acquisto Solidale Testaccio Meticcio* está localizado em Roma, Itália. Tradicionalmente, Testaccio é um bairro da classe trabalhadora, mas nos últimos anos está se tornando um lugar popular para o turismo, em especial como espaço representativo da gastronomia e da cultura italiana.

¹ Ainda que tenha se tornado uma Associação, a sigla MICC já era bastante conhecida e por isso foi mantida apesar da nova pessoa jurídica.



Este GAS começou em 2011, por iniciativa de um jovem do setor de Tecnologia da Informação e que já havia participado de outro GAS desde 2009, Alfredo. Insatisfeito com a dinâmica de seu grupo anterior que tinha uma gestão mais centralizada, ele decidiu criar um novo grupo. Alfredo fez anúncios nas ruas do bairro e na internet em busca de interessados e cerca de dez pessoas se reuniram para iniciar o grupo. Atualmente, o GAS *Testaccio* conta com trinta e cinco famílias de consumidores de classe média que vivem ou trabalham a uma caminhada de distância do ponto de entrega.

As entregas acontecem na sede de um partido político, a *Sinistra Ecologia Libertà - SEL*. Interessante ressaltar, que apenas uma pessoa deste partido que participa do GAS, portanto parceria é restrita ao uso do espaço e não há uma imposição ou direcionamento político específico aos participantes do GAS. A governança do grupo segue uma estrutura horizontal de autogestão, com rotação de tarefas essenciais para o funcionamento tais como: contabilidade, relação com fornecedores, promoção de eventos, comunicações, etc. Cada participante precisa se envolver em algumas dessas tarefas, além de estar disponível para de tempos em tempos montar os pedidos e realizar as entregas aos outros consumidores.

As encomendas são feitas através de um software e cada consumidor escolhe os produtos que deseja de acordo com a oferta da semana. A entrega de alimentos ocorre semanalmente, sempre em uma quinta-feira a noite, tendo uma grande variedade de produtos: legumes frescos, frutas, mel, geleias, iogurte, cereais, massa artesanal, biscoitos, bolos, carne e queijo. Também possuem produtos de higiene e algo de artesanato. Ao todo, são dezessete fornecedores entre agricultores familiares, pequenos agricultores, cooperativas sociais² e pequenas empresas.

A escolha dos fornecedores é orientada por quatro critérios: 1. Localização - fazem parcerias com pequenas empresas ou agricultores localizados na área rural próxima a Roma buscando ser o mais “Quilômetro Zero” possível; 2. Autenticidade - os produtos devem ser cultivados com métodos orgânicos e quando envolvem processamento são prediletos os métodos de produção artesanal; 3. Eco-Compatibilidade - primazia de produtos sem embalagem ou empacotados com materiais recicláveis; 4. Solidariedade - favorecimento de fornecedores que promoção ações de combate das desigualdades sociais

² Cooperativas sociais são uma entidade legal na Itália, desde 1991, conforme a Lei 381/91, que tem como objetivo a inserção e o apoio às pessoas em desvantagem social. As cooperativas podem se dedicar a atividades de gestão de serviços sócio-sanitários e educativos (tipo A) ou a atividades em diversas áreas, inclusive a agrícola, com a finalidade de inserir no mercado de trabalho pessoas em desvantagem social (tipo B).



e inclusão de minorias. Os participantes frequentemente realizam visitas aos agricultores, jantares, festas ou debates.

Os GAS são reconhecidos legalmente pela lei italiana desde dezembro de 2007, conforme Fonte (2013, p. 6) é descrito como “uma associação sem fins lucrativos criadas para realizar compras coletivas e distribuição de bens para fins de sustentabilidade ambiental, ética, social e solidária”. Este é um elemento importante, pois além de Itália, o único outro país que reconhece este tipo de abastecimento como uma entidade legal é a França, onde são chamadas de AMAP's. O GAS *Testaccio Meticcio* está engajado na *Rete Nazionale Dei Gruppi D'acquisto - Rete GAS*³ fundada em 1997. A *Rete GAS* desempenha um papel importante em articular e fomentar essas experiências, além de promover reuniões para refletir e intercambiar práticas, atua como uma frente política que representa os grupos existentes no país. Ainda, seu site oferece uma ferramenta de busca para localizar GAS em todo o país, bem como modelos de documentos para a criação de novos grupos. Eles também atuam em colaboração com o Movimento *Slow Food* e a rede nacional de economia solidária.

3.3. Grupo de Consumo Vera (Valência, Espanha)

O *Grupo de Consumo Vera* está localizado em Valência, a capital da província homônima, sendo considerada a terceira cidade mais populosa do país. O grupo opera dentro da Universidade Politécnica de Valência - UPV, uma instituição de ensino focada no desenvolvimento científico e tecnológico, com uma ampla linha de programas de graduação e pós-graduação.

Em 2012, um grupo de pessoas vinculadas a Universidade e interessados em comprar alimentos orgânicos e locais começou a se reunir para articular sua dinâmica de organização coletiva e funcionamento. Atualmente, são cinquenta unidades familiares de consumidores, das quais cerca de trinta realizam pedidos semanais e os demais em outras frequências (quinzenal/mensal). Ter algum vínculo ativo com a UPV é um critério para a participação no grupo, podendo ser professores, alunos, funcionários ou trabalhadores no campus.

³ Significa Rede Nacional de Grupos de Aquisição Solidária.



Os alimentos frescos (legumes, frutas, iogurte, queijo, ovos) são fornecidos dois agricultores familiares da região rural da cidade e duas pequenas empresas locais fornecem pão e cerveja artesanal. As encomendas são feitas através de uma planilha de Excel conforme os produtos disponíveis na semana. A entrega acontece semanalmente nas tardes de quarta-feira. A cada semana, três consumidores são responsáveis por receber os produtos, separando as encomendas e distribuindo entre os demais membros. A entrega de alimentos é feita em sala do Centro Especial de Emprego da Universidade Politécnica de Valência - *Fundación CEDAT*, que trabalha para a integração social das pessoas com deficiência.

O grupo se organiza em um processo de autogestão, tendo comissões responsáveis por tarefas específicas necessárias ao seu funcionamento: logística, relação com os produtores, recepção de novos membros, contabilidade. Há ainda uma comissão chamada de “*incendiária*” que tem como foco a realização de ações políticas e atividades de educação em prol do consumo responsável. Cada participante deve atuar em uma das comissões e se comprometer em participar da escala de entrega dos alimentos. As decisões são tomadas em assembleias a cada três meses. Legalmente são registrados como uma cooperativa, porém seus membros expressam um forte descontentamento com a falta de reconhecimento pela lei espanhola dos Grupos de Consumo. Para os participantes, isso seria um avanço importante para permitir uma maior qualificação das suas atividades e ampliação da oferta de produtos, incluindo itens de origem animal e outros perecíveis.

Frequentemente, organizam visitas aos agricultores, fazem refeições partilhadas e promovem atividades educativas e culturais relacionadas à alimentação e à situação dos agricultores locais. Em parceria com a CEDAT, o *Grupo de Consumo Vera* auxilia na organização de uma cesta de vegetais com produtos locais que é entregue a funcionários da universidade que tem interesse. A cesta é organizada por pessoas com deficiência que estão vinculadas aos projetos do CEDAT que visam proporcionar renda e inclusão social. Os produtos são entregues pelos mesmos dois agricultores familiares que fornecem verduras ao *Grupo de Consumo Vera*.

Eles estão envolvidos em uma rede com outros atores locais envolvidos em práticas de consumo sustentável e soberania alimentar. Um deles é o *Grupo a Grupo*, uma rede que reúne grupos de consumo para trocar experiências e promover ações conjuntas. Eles desenvolveram uma página web onde é possível encontrar informações sobre o funcionamento dos grupos e um software livre para facilitar os pedidos, bem como um mapa



dos grupos ativos no país e seus fornecedores. Eles também pertencem a *Plataforma per la Sobirania Alimentaria del País Valencià* (A Plataforma para a Soberania Alimentar na Comunidade Valenciana), um fórum político que envolve experiências diversas e visa promover a ação coletiva em prol da soberania alimentar.

4. Contribuições para um sistema alimentar sustentável

Os três casos apresentam diferentes características que compõem práticas e discursos complexos, mas que buscam contribuir para a formação de sistemas alimentares sustentáveis. Um primeiro ponto importante a ser mencionado é o fato dos três casos analisados, terem um comprometimento em ofertar alimentos produzidos sem o uso de agroquímicos e vinculados a sociodiversidade local. A produção sem o uso de agroquímicos é um fator chave para uma produção agrícola sustentável, capaz de mitigar as mudanças climáticas e ofertar alimentos saudáveis a população.

De acordo com Gliessman (2014) eliminar o uso de insumos que tem o potencial de prejudicar ambiente ou a saúde dos trabalhadores rurais ou consumidores é um dos primeiros passos a serem dados na transição para sistemas alimentares sustentáveis. O impacto do uso de agroquímicos nos ecossistemas é cada vez mais conhecido pela comunidade internacional, estando entre as mais importantes a contaminação da água em suas diversas formas, a degradação do solo, a redução da biodiversidade e a emissão de gases na atmosfera, especialmente CO₂ (TILMAN et. all., 2009; MCKENZIE E WILLIAMS, 2015; WILLETT et al., 2019). Mas uma produção de agroquímicos também é essencial para a sanidade e a saudabilidade dos alimentos. Conforme indica o relatório do Painel Internacional de Especialistas em Sistemas Alimentares Sustentáveis (IPES-Food, 2017), a intoxicação por pesticidas, seja esta aguda ou crônica, têm sido associados em estudos epidemiológicos a cânceres hematopoiéticos (sangue, da medula óssea e dos nódulos linfáticos) como tumores sólidos (no cérebro, cólon, próstata ou rins), erupções e ardência na pele, fraqueza, problemas circulatórios, dores de cabeça, tendo inclusive casos resultando em coma e morte. Portanto, ao privilegiar a produção agroecológica, orgânica e biodinâmica, os grupos analisados mostram um importante comprometimento com a saúde de seus consumidores.

Ainda que na época da pesquisa, o caso brasileiro (MICC) ainda não possuía certificação, é importante considerar que o processo de transição agroecologia é mais do



que uma mera alteração técnico-produtiva, mas é um processo que envolve construção de conhecimentos e criação de um contexto de autonomia frente a insumos e o mercado convencional, requerendo tempo e organização social (GLIESSMAN, 2014). É válido ainda comentar que tanto na Espanha como na Itália, há um processo de controle social e governamental muito mais forte para o uso de pesticidas, diferente do Brasil que é considerado o maior consumidor mundial de agrotóxicos, tendo um consumo médio anual de 5,2 quilos de veneno agrícola por habitante (INCA, 2015).

O relatório “Indicadores de Desenvolvimento Sustentável” demonstrou que 64% dos agroquímicos vendidos no país são classificados como perigosos (IBGE, 2015). Uma pesquisa recentemente lançada a partir de dados do Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (SISAGUA) do Ministério da Saúde, ao analisar a água de 1.396 municípios brasileiros encontrou resíduos de 27 agrotóxicos, concluindo que a água de 1 em cada 4 municípios está contaminada (ARANHA; ROCHA, 2019). Conforme a pesquisa, a maioria dos agrotóxicos encontrados estão abaixo do limite máximo estipulado pela legislação brasileira, mas acima da União Europeia (ARANHA; ROCHA, 2019). Portanto, há um problema estrutural no país, que permite que a produção agrícola brasileira produza alimentos que não contribuem com a saúde da população, tornando ainda mais relevante as iniciativas que buscam estabelecer novos modelos.

Em termos de segurança alimentar e um padrão de consumo alimentar sustentável, o acesso e a qualidade dos alimentos são as duas dimensões a serem consideradas. Nos três casos analisados, os interlocutores entrevistados declaram considerar os alimentos acessíveis, sendo em muitos casos, mais econômicos do que outros canais de comercialização aos quais os consumidores tem acesso. De certa forma, essas declarações são corroboradas por duas pesquisas que analisam preços praticados em diferentes canais de comercialização. Crisci (2014) comparou oito canais de comercialização de alimentos em Roma, entre os quais estavam o *GAS Testaccio Meticcio*, bem como supermercados, lojas orgânicas especializadas, um mercado de desconto⁴ e duas mercearias de bairro. Na comparação os dados revelaram que os preços praticados no GAS eram mais baixos para a maioria das categorias de produtos orgânicos e quando comparados com os preços médios dos produtos convencionais, apenas o mercado de desconto teve preços realmente mais baixos do que o GAS (CRISCI, 2014).

⁴ Seria algo semelhante ao que no Brasil chamamos de “sacolão”.



A outra pesquisa foi realizada no Brasil, pelo Instituto Kairós (2016), que analisou os preços de vinte e dois produtos ofertados por quatro canais de comercialização diferentes (supermercado, Feira livre com alimentos de produção convencional, feira de produtos orgânicos e Grupos de Consumo Responsável, entre os quais estava o MICC). Os resultados revelaram que os produtos orgânicos ofertados em canais curtos (Feiras orgânicas e Grupos de Consumo Responsáveis) tendem a ter preços mais baixos em comparação com os supermercados e a feira “convencional” (INSTITUTO KAIRÓS, 2016). Enquanto uma cesta com dezessete produtos orgânicos custava R\$ 144,00 no supermercado, quando adquirida através de Grupo de Consumo Responsável o valor ficava em R\$ 69,00, portanto, menos da metade do preço. Os resultados levaram a concluir que os produtos orgânicos comprados em supermercados podem ser até quatro vezes mais caros do que os valores praticados nos Grupos de Consumo Responsável (INSTITUTO KAIRÓS, 2016).

Ainda que não haja um estudo que corrobore as falas dos entrevistados da Espanha, tendo como referencia a percepção dos atores envolvidos e as pesquisas acima mencionadas, é seguro afirmar que os produtos comercializados nos casos analisados são acessíveis. Mais do que isso, conforme argumenta Preiss (2017) e Preiss, Marques e Wiskerke (2017), os resultados destas pesquisas dão margem a questionarmos a ideia de que os alimentos orgânicos são sempre mais caros e, portanto, restritos a uma elite ou nicho de mercado. Vale ainda lembrar, que o caso brasileiro tem como principal público consumidores de baixa e média renda. Assim, é preciso considerar que os canais de comercialização tem um papel importante nos preços praticados e não somente as formas de produção.

No que diz respeito à qualidade, os casos oferecem principalmente hortaliças, vegetais e frutas possibilitando uma boa diversidade de itens na dieta. FAO (2014) e Maluf et al (2014) ressaltam a importância da diversidade para dietas saudáveis, que devem ser compostas de alimentos que forneçam não apenas a energia (valor nutricional), mas também uma composição variada e adequada de macronutrientes (carboidratos, gorduras e proteínas) e micronutrientes (vitaminas e sais minerais), presentes principalmente nos vegetais e frutas. Ainda, os alimentos frescos e *in natura* são considerados o tipo de alimento que mais contribui para a segurança alimentar e nutricional, sendo os que devem ser consumidos em maior quantidade conforme o “Guia Alimentar para a população Brasileira”, um material que tem sido uma referência internacional sobre alimentação



adequada (BRASIL, 2014). A prática de incentivar o consumo de variedades nativas ou pouco comerciais, além de contribuir com a saúde dos consumidores, tem também um papel importante para a diversidade dos ecossistemas, pois vai à direção oposto a especialização produtiva promovida pelo sistema alimentar atual.

Alem dos alimentos in natura, o GAS e o *Grupo de Consumo Vera* oferecem alguns produtos processados, porém é importante destacar que são alimentos pouco processados como pães, massas, queijos, iogurtes e feitos a partir de processos artesanais, o que conforme ressalta Fonte (2010) contribuem para valorizar, proteger e preservar conhecimentos locais e as culturas alimentares. Esse elemento pode ser associado ao 4º pilar dos sistemas alimentares sustentáveis propostos por Caron et al. (2018), a dinamização dos territórios rurais, pois garante uma fonte de renda aos agricultores presentes naquele território, contribuindo para a preservação do patrimônio cultural e os modos de vida ali presentes. É importante perceber que as relações estabelecidas entre consumidores e produtores também estabelecem uma dinâmica de integração e complementaridade entre áreas rurais e urbanas, possibilitando uma integração maior entre as pessoas, mas também entre os modos de vida e os conhecimentos destas regiões (PREISS, 2017).

Lembramos ainda que, novamente, para os três casos analisados os produtos viajam curtas distâncias entre produção e consumo, em média, menos de 100 km em todos os casos. Em termos ecológicos, a proximidade da cadeia de abastecimento significa uma redução na pegada ecológica dessa cadeia, visto que menor uso de transporte também implica em uso reduzido de combustíveis fósseis e emissões de Co2. O baixo uso de embalagens também é uma estratégia positiva em relação às mudanças climáticas, pois reduz a geração de resíduos. Assim, acreditamos que o argumento de Fonte (2015), para os GAS, pode ser estendida aos demais casos em termos de que há uma forte visão de sustentabilidade nestes grupos construída em torno da rearticulação de valores econômicos, sociais e ambientais e com base em maior conexão entre produtor e consumidor.

5. Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo apresentar uma reflexão sobre como a experiência de três Grupos de Consumo Responsável podem contribuir para criar um sistema alimentar mais sustentável. Os resultados indicaram que os três estudos apresentam várias



convergências com o que a literatura internacional aponta como elementos essenciais para a consolidação de um sistema alimentar mais sustentável. O consumo de alimentos nutritivos e saudáveis, uma agricultura de base ecológica, a promoção de ações que auxiliam na mitigação das mudanças climáticas, a valorização regional e a integração entre áreas rurais e urbanas são questões que merecem destaque.

Ainda que a transição global para um sistema alimentar sustentável requer mudanças mais complexas e de ampla escala na forma como os alimentos são produzidos, comercializados e consumidos, acreditamos que elas trazem um aporte importante porque demonstram como a sociedade civil também atua de forma a regir aos modelos dominantes de desenvolvimento e propor alternativas em que os processos socioambientais são considerados de forma mais sistêmica e inclusiva.

Não podemos deixar de mencionar que boa parte da literatura utilizada neste artigo é produzida por autores estrangeiros. Infelizmente, o debate sobre os sistemas alimentares sustentáveis, a implementação da Agenda 2030 e outros temas caros para a sociedade contemporânea, seguem incipientes e pouco presentes nos estudos nacionais. Olhar para as questões alimentares a partir de um recorte regional e analisar os impactos das diferentes formas produtivas, das dinâmicas de abastecimentos presente, o estado de (in) segurança alimentar da população, entre temas correlatos, são uma rica e importante agenda de estudos que precisamos desenvolver de forma a pensar em políticas públicas de planejamento e desenvolvimento regional mais alinhadas com as tendências globais.

REFERÊNCIAS

APPADURAI, A. Introdução: mercadorias e a política de valor. In: APPADURAI, A. (org.). **A vida social das coisas** – as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói, RJ: Ed. UFF, 2008. p. 15-88.

ARANHA, A.; ROCHA, L.. **“Coquetel” com 27 agrotóxicos foi achado na água de 1 em cada 4 municípios**. 2019. Disponível em: <<https://portrasdoalimento.info/2019/04/15/coquetel-com-27-agrotoxicos-foi-achado-na-agua-de-1-em-cada-4-municipios/#>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

BRUNORI, G.; ROSSI, A.; MALANDRIN, V. Co-producing Transition: Innovation Processes in Farms Adhering to Solidarity-based Purchase Groups (GAS) in Tuscany, Italy. **International Journal of Sociology of Agriculture And Food**, Cardiff, v. 18, n. 1, p. 28-53. dez. 2010.



CARON, P. et al. Food systems for sustainable development: proposals for a profound four-part transformation. **Agronomy for Sustainable Development**. Paris, p. 1-12. Ago. 2018.

COMUNIDADE QUE SUSTENTA A AGRICULTURA – CSA BRASIL. **Onde esta o CSA?**. 2015. Disponível em: <http://www.csabrasil.org> . Acesso em: 10 abr. 2019.

CRISCI, G.; FONTE, M. L'accesso al bio nellatransizione verso la sostenibilitadeisistemi agro-Alimentari. **Agriregionieuropa** V. 37, p. 2–7, 2014.

D'ODORICO, P., J. A. CARR, F. LAIO, L. RIDOLFI, AND S. VANDONI. Feeding humanity through global food trade. **Earth's Future**, V. 2, n. 9, p. 458–469, Set. 2014.

DOUGLAS, M.; ISHERWOOD, B. **O mundo dos bens: por uma antropologia do consumo**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

ELLIS, F.; BIGGS, S. **Evolving themes in rural development - 1950s-2000s**. Development Policy Review, v. 19, n. 4, 2001.

FEENSTRA, G. Local food systems and sustainable communities. **American Journal of Alternative Agriculture**. Cambridge, v. 12, n. 1, p. 28-36, Mar. 1997.

FLORA, C.B.; FLORA, J.L. An historical perspective on institutional transfer. In: Compton, L. **The Transformation of International Agricultural Research and Development**. London UK: Lynne Rienner Publishers, 1989.

FONTE, M. As cinco dimensões da sustentabilidade: a visão dos Grupos de Compra Solidária em Roma, Itália. In: CRUZ, F. T.; MATTE, A.; SCHNEIDER, S. **Produção, consumo e abastecimento de alimentos: desafios e novas estratégias**. Porto Alegre, Editora da UFRG, 2016. p. 125-152.

FONTE, M. Knowledge, food and place: a way of producing, a way of knowing. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v. 48, n. 3, p. 200-222, July 2008.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS - FAO. **The future of food and agriculture: Trends and challenges**. Rome, 2017.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO. INTERNATIONAL FUND FOR AGRICULTURAL DEVELOPMENT - IFAD; WORLD FOOD PROGRAMME - WFP. **The State of Food Insecurity in the World 2014: Strengthening the enabling environment for food security and nutrition**. Roma: FAO, 2014.

GLIESSMAN, S. Agroecology: a global movement for food security and sovereignty. In: FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO. **Agroecology for food Security and nutrition: proceedings of the FAO International symposium**. Rome: FAO, 2014.

GOODMAN, D. Rural Europe redux? Reflections on alternative agro-food networks and paradigm change. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v. 44, n. 1, p. 3-16, Jan. 2004



GOODMAN, D. The quality 'turn' and alternative food practices: reflections and agenda. **Journal of Rural Studies**, Oxford, v. 19, n. 1, p.1-7, Fev. 2003.

GOODMAN, D., SORJ, B.; WILKINSON, J. **Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

GOODMAN, D.; GOODMAN, M. **Alternative Food Networks**. In: Kitchin, R.; Thrift, N. *International Encyclopedia of Human Geography*, Amsterdã: Elsevier, 2009.

GOODMAN, D.; DUPUIS, M.; GOODMAN, M.. **Alternative food networks: knowledge, practice, and politics**. Abingdon: Routledge, 2012.

HOLT-GIMÉNEZ, E. Food Security, Food Justice, or Food Sovereignty? **Food First Backgrounder**, Oakland, v. 16, n. 4, p. 1-4. jan. 2010.

HOLT-GIMÉNEZ, E.; SHATTUCK, A. Food crises, food regimes and food movements: rumblings of reform or tides of transformation? **Journal of Peasant Studies**, London, v. 38, n. 1, p. 109-144. 13 jan. 2011

INTERNATIONAL PANEL OF EXPERTS ON SUSTAINABLE FOOD SYSTEMS - IPES-Food. **Unravelling the Food-Health Nexus: Addressing practices, political economy, and power relations to build healthier food systems**. Brussels: Global Alliance for the Future of Food, 2017.

KNEAFSEY, M. et al. **Reconnecting consumers, producers and food: exploring alternatives**. New York: Berg, 2008.

MALUF, R.S. et al. Nutrition-sensitive agriculture and the promotion of food and nutrition sovereignty and security in Brazil. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 8, p. 2303-2312, Ago. 2015.

MARSDEN, T., BANKS, J. AND BRISTOW, G. Food Supply Chain Approaches: Exploring their Role in Rural Development. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v. 40, n. 4, p. 424-438, out 2000.

MARSDEN, T.K.. New rural territories: regulating the differentiated rural spaces. **Journal of Rural Studies**, Oxford, v. 14, n. 1, p. 107-117, jan 1998.

MCKENZIE, F.C.; WILLIAMS, J. Sustainable food production: constraints, challenges and choices by 2050. **Food Security**, Amsterdam, V. 7, n. 2, p. 221-233. Abr. 2015.

MILLER, D. Estudando cultura material no sul de Londres. BARBOSA, L.; PORTILHO, F.; VELOSO, L. (Org.). **Consumo: cosmologias e sociabilidades**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: EDUR, 2009. p. 17-38.

MILLSTONE, E.; LANG, T. **The Atlas of Food: Who Eats What, Where, and Why**. London: Earthscan, 2008.



PINGALI, P.. Agricultural policy and nutrition outcomes: getting beyond the preoccupation with staple grains. **Food Security**. New York, V. 7, n. 3, p. 583-591. Maio 2015.

PLOEG, J. D. V. Sete teses sobre a agricultura camponesa. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, Rio de Janeiro, p.17-32, 2009.

PORTILHO, F. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2010.

PREISS, P. V.; MARQUES, F. C. Tendências no movimento de re-localização alimentar brasileiro: uma análise de Iniciativas Colaborativas de Compras. **Tessituras**, Pelotas, v. 3, n. 2, p. 269-300, jul./dez. 2015.

PREISS, P.; MARQUES, F.; WISKERKE, J.. **Fostering Sustainable Urban-Rural Linkages through Local Food Supply: A Transnational Analysis of Collaborative Food Alliances**. Sustainability. Basel, V.9, n. 7, p. 1-30. Jul. 2017.

PREISS, P.V. **As alianças alimentares colaborativas em uma perspectiva internacional: afetos, conhecimento incorporado e ativismo político**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

RENTING, H.; MARSDEN, T. K; BANKS, J. Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. **Environment and Planning**, LONDRES, V. 35, N. 3, P. 393-411, jan 2003.

RENTING, H.; SCHERMER, M.; ROSSI, A. Building Food Democracy: Exploring Civic Food Networks and Newly Emerging Forms of Food Citizenship. **International Journal of Sociology of Agriculture and Food**, London, v. 19, n. 3, p. 289-307. Jul 2012.

TILMAN, D. et . al. Beneficial Biofuels - the food, energy, and environment trilemma. **Science**. Washington, p. 270-271. 17 jul. 2009.

TREGEAR, A. Progressing knowledge in alternative and local food networks: critical reflections and a research agenda. **Journal of Rural Studies**, Oxford, v. 27, n. 4, p. 419-430. Oct. 2011

WILLETT, W. et al. Food in the Anthropocene: the EAT–Lancet Commission on healthy diets from sustainable food systems. **The Lancet**. London, p. 1-47. 16 jan. 2019.